

## Emancipação humana e socialismo em Marx

Francisco Paulo Cipolla

### Resumo

O artigo faz uma revisão das idéias expressas por Marx ao longo de sua obra a respeito da questão da emancipação humana. Emancipação humana significa uma condição na qual não há mais mediação entre o indivíduo e sua espécie, entre o indivíduo e a sociedade. O socialismo é a superação de toda mediação entre indivíduos seja essa mediação religiosa, política ou mercantil. Em outras palavras, representa a condição na qual a realização dos interesses e potencialidades do indivíduo é diretamente a realização dos interesses e potencialidades do outro. Instigado pelo tratamento dado por Bruno Bauer à questão judaica Marx apresenta a crítica do Estado como “intermediário entre o ser humano e sua liberdade” e avança rapidamente para a primeira crítica da economia política na forma do conceito de capital como propriedade privada que resulta do trabalho, mas que exclui o trabalho. No capitalismo, a propriedade privada cria as condições para a emancipação humana, pois as forças produtivas mundialmente desenvolvidas podem ser apropriadas diretamente pelos indivíduos que nela trabalham de modo que a conexão entre os trabalhos se liberta do invólucro capitalista para se tornar uma relação direta entre produtores associados com o que a mediação do Estado desaparece.

### I. Conversão ao comunismo

Até pelo menos a data de 16 de outubro de 1842 Marx não considerava o comunismo como um corpo teórico coerente e muito menos considerava factível a sua aplicação prática. É o que ele diz em resposta à provocação do jornal *Augsburg* que havia acusado a *Reinische Zeitung*, onde ele trabalhava como editor e redator, de ser um jornal comunista.

No entanto, é preciso distinguir entre sua “adesão” ao comunismo e sua crítica da propriedade privada que começa a se manifestar muito cedo. Como o próprio Marx explica no seu Prefácio à *Contribuição para a Crítica da Economia Política*, foi sua atividade como editor e jornalista da *Reinische Zeitung* que o expôs pela primeira vez aos problemas econômicos. Seus artigos sobre a lei a respeito do roubo de madeira lhe revelaram a

inclinação do Estado a legislar no interesse dos proprietários. Mais ainda, Marx via na penalidade através de trabalho por parte do infrator as percentagens dos juros e do lucro. Isso deve ser examinado textualmente através de leitura direta (Mandel 1971:12-13).

De acordo com Mandel (idem, p.14 nota 18), a fonte mais importante para se saber quando Marx passa a se considerar um comunista é a nota biográfica sobre Marx escrita por Engels para o *Handwörterbuch der Staatswissenschaften*. Segundo Engels, Marx teria se tornado comunista em Paris com o estudo de economia política, dos socialistas franceses e da história da França. Segundo Padover (1971, p. xxxiii), Marx começa a estudar os utopistas franceses de outubro de 1842 até começo de 1843, isto é, logo após a sua resposta ao Jornal *Augsburg*, fato que indica seu interesse em entender melhor as teorias comunistas, ou seja, antes mesmo de chegar na França. Pode ter havido uma continuidade, é verdade. Como ele chega em Paris em outubro de 1843 pode ser que tenha continuado os estudos dos socialistas franceses. É preciso verificar se ele de fato começou a estudá-los ainda na Renânia.

De qualquer modo passa rapidamente ao comunismo. Nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, escritos em Paris no ano de 1844, Marx vê a abolição da propriedade privada como comunismo. Inclusive descreve as várias fases.

## II. A Questão Judaica

*Resumo. Marx escreve A Questão Judaica em resposta a dois artigos escritos por Bruno Bauer sobre a questão: Die Judenfrage (A Questão Judaica) e Die Fähigkeit der heutigen Juden und Christen frei zu werden (Capacidade dos atuais Judeus e Cristãos para serem Livres) Escrita no verão de 1843 e publicada no primeiro e único número dos Anais Franco-Alemães, em fevereiro de 1844, A Questão Judaica defende a idéia de que a emancipação religiosa no estado laico não representa emancipação humana apenas a posição de uma dupla existência entre indivíduo geral abstrato e indivíduo empírico egoísta.*

O jovem hegeliano Bruno Bauer havia escrito dois artigos sobre o problema da emancipação dos judeus. Ele argumentava que a emancipação dos judeus dependia da emancipação política do estado face ao cristianismo. Marx se contrapunha a essa idéia argumentando que a emancipação religiosa não é emancipação humana, pois o Estado, mesmo secular, “é o intermediário ente o homem e sua liberdade” (McLellan 1971:95).

Entenda-se por emancipação política do cristão, do judeu, do muçulmano, a emancipação do estado em relação ao Cristianismo, Judaísmo, Islamismo.

Bruno Bauer argumenta que a emancipação política do Estado como meio de universalização dos direitos políticos é ao mesmo tempo a renúncia à religião, pois a prática política no Estado laico se chocaria com a prática religiosa (CW3: 149).

Para Marx Bauer faz somente a crítica do Estado Cristão e não do Estado enquanto tal. Ele não investiga a relação entre emancipação política e emancipação humana.

Para Marx a emancipação política é compatível com a proliferação da religião. A compatibilidade entre emancipação política e religião implica que o problema da religião não está no Estado Teológico, mas no Estado *tout court*. Mas aqui temos um problema, pois parece que Marx pensa que a raiz da religião está no estado secular. De qualquer modo, o problema se desloca da crítica do estado cristão para a crítica do estado enquanto tal.

A emancipação política é o banimento da religião da esfera do direito público para a esfera do direito privado. Ali ela se torna a essência das diferenças. A fragmentação religiosa é a forma da emancipação política (CW3:155).

Para Marx a emancipação política não representava emancipação humana (idem, 152). Emancipação política no estado é emancipação através de um intermediário, o Estado, exatamente como na religião, onde o homem se reconhece somente através de uma imagem que se situa fora de sua atividade como ser humano (idem, 152). O Estado é o intermediário entre o ser humano e a liberdade do ser humano. No Estado político emancipado a vida do ser humano enquanto espécie se desenvolve por oposição à sua vida material.

Marx empreende a crítica da emancipação política. Segundo ele, a emancipação política cria uma dualidade contraditória: atividade egoísta individual, de um lado, e indivíduo moral na figura do cidadão pertencente à comunidade, do outro.

No Estado emancipado a vida do ser humano se cinde numa duplicidade entre vida política – onde o indivíduo aparece como parte da comunidade de cidadãos – versus vida na sociedade civil – onde vige a luta de todos contra todos, onde os outros seres humanos se apresentam como meios, onde o indivíduo se transforma num meio e se torna presa de poderes estranhos à sua própria atividade e que, no entanto, emanam de sua atividade (idem, 153-4).

A emancipação política em relação à religião apenas desloca a religião da esfera do estado para a esfera da sociedade civil onde ela se reproduz como forma da atividade privada individual. Justamente porque o indivíduo religioso pode se emancipar politicamente sem

renunciar à sua religião, por essa razão a emancipação política não representa emancipação humana (CW3:160).

Na verdade, a emancipação política forneceria as condições materiais para o enraizamento do judaísmo, pois estabelece o terreno da prática egoísta (CW3:168). Na sociedade civil a natureza real do judeu é universalizada e, portanto, sua base material está na estreiteza judia da sociedade. Quando essa estreiteza for abolida, as bases do judaísmo serão abolidas (CW3:174).

Com emancipação política do estado o indivíduo ganha um estatuto ideal enquanto membro de uma comunidade, a cidadania, enquanto na realidade vige o conflito generalizado de todos contra todos. O direito do indivíduo à liberdade não se funda na união dos indivíduos, mas na sua separação. O direito de propriedade é o direito de gozar de suas posses, o direito ao egoísmo. Esse direito leva o indivíduo a ver no outro não a realização de sua liberdade, mas a limitação dela.

A emancipação política completa a separação entre atividade individual (onde se inclui a religião) de todos contra todos, de um lado, e de outro a existência do indivíduo enquanto membro de uma comunidade ilusória. O aperfeiçoamento dessa cisão implica que a completa realização da emancipação política não representa emancipação humana.

Nas constituições da França e dos EUA o direito ao culto religioso aparece sob os Direitos do Homem, ou seja, do indivíduo enquanto membro da sociedade civil por oposição aos Direitos do Cidadão enquanto participante da comunidade política.

Para Bauer o judeu seria incapaz de adquirir os direitos do homem porque sua religião o separaria dos não-judeus. Porém, os direitos do homem, estão baseados precisamente na separação entre os indivíduos, na afirmação dos direitos individuais relativamente aos direitos individuais dos outros.

A aplicação prática do direito de liberdade é o direito à propriedade (Marx cita a constituição de 1793), o direito de dispor do que é seu independentemente da sociedade. Os outros não são meios de realização da liberdade, mas limites a ela. O direito à segurança – *le droit à la sûreté* – é um conceito de polícia que serve à afirmação do direito egoísta do indivíduo (CW3:163).

A emancipação política nada mais é do que a cisão do ser humano em duas dimensões: indivíduo egoísta e pessoa jurídica. Somente quando o indivíduo reabsorver em si o cidadão abstrato e quando o indivíduo na sua prática individual se tornar imediatamente membro de sua espécie, somente quando o indivíduo realizar uma força social no exercício da própria

força individual e, portanto, não mais separar de si o poder social como poder político, somente então a emancipação humana será real.

A emancipação requer que o indivíduo veja nas suas forças individuais a força social e que não mais se depare com as forças sociais como forças políticas separadas de suas forças individuais.<sup>1</sup> A natureza abstrata do indivíduo enquanto pertencente a uma comunidade deve ser resgatada na vida empírica como atividade que realize a força individual como força social (Mc Lellan 1971:20).

Na sua crítica ao segundo artigo de Bauer, Marx elabora os contornos da teoria da alienação do trabalho. Como para Hegel o trabalho era a principal atividade humana, então Marx aponta que a principal atividade humana é uma atividade alienada. Aqui ele adentra o terreno da economia na medida em que localiza a alienação do trabalho no dinheiro, a medida da atividade humana. O dinheiro como essência alienada do trabalho; essa essência alienada domina o ser humano (McLellan 1971, p.21). Sob a dominação da necessidade egoísta o ser humano só se torna prático submetendo o resultado de sua atividade e seu produto ao domínio de uma entidade estranha à sua atividade e produto, o dinheiro.

O objetivo do ser humano deve ser a plena emancipação humana em relação à alienação do trabalho. No entanto, Marx ainda não desenvolveu o meio através do qual essa emancipação deve ser obtida. A noção de *trabalho alienado* já está posta na *Questão Judaica* e o objeto da economia já está posto como central.

### **III. Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**

*Resumo. Escrita em Paris entre os meses de outubro de 1843, quando chega na capital francesa, e fevereiro de 1844 quando a Introdução é publicada no primeiro e único número dos Anais Franco-Alemaes. Marx argumenta que a emancipação alemã é impossível, pois não há polarização de classe na Alemanha. Mas essa classe está em processo de formação: o proletariado.*

Marx começa dizendo que a crítica da religião estava completa na Alemanha. Essa crítica recoloca o ser humano como ideal mais alto para o próprio ser humano e, portanto,

---

<sup>1</sup> « he must recognize his own force as social forces, organize them and thus no longer separate social forces from himself in the form of political forces. Only when this has been achieved will human emancipation be completed »

termina com o imperativo “de derrubar todas as circunstâncias nas quais o ser humano é humilhado, escravizado, abandonado e desprezado” (McLellan, 1971, p. 23).

A alienação é tomada da alienação religiosa de Feurbach, mas ganha um conteúdo diferente: desumanização na *Introdução* não é devido ao papel alienador da religião, mas sim em relação ao ser humano empobrecido material e espiritualmente pelas relações sociais vigentes (Mandel 1971: 29).

Marx diferencia revolução radical e revolução política. Só a revolução radical realiza a emancipação humana geral. A revolução política é aquela na qual uma parte da sociedade civil emancipa a si mesma somente para realizar a sua dominação geral (CW3:184)

Mas para isso essa parte da sociedade deve representar a antítese dos defeitos e limitações que se concentram em outra classe social. Mas nenhuma classe social na Alemanha concentra a negatividade capaz de servir de catalisador para uma classe oposta que busque se emancipar. E também nenhuma classe social é capaz de se representar como concentração da virtude face à classe que concentra a negatividade.

Tudo pode ser resumido na idéia de que a Alemanha não foi capaz de criar uma polarização revolucionária como na França, por exemplo, onde a negatividade geral da nobreza e da Igreja serviu para afirmar a positividade geral da burguesia (CW3:185). Na Alemanha, pelo contrário, toda classe que inicia uma luta contra uma classe acima dela se envolve imediatamente numa luta com a classe abaixo dela.

Qual o elemento subjetivo da emancipação? A classe que sendo vítima da injustiça em geral não pode almejar uma posição privilegiada na sociedade, mas somente a abolição de todo privilégio. “A completa perda de humanidade ... só pode ser superada pela completa redenção da humanidade. Só uma classe específica, o proletariado, pode realizar essa transformação da sociedade” (McLellan 1971: 23).

Como na Alemanha não poderia haver emancipação parcial sem que houvesse emancipação total, a possibilidade de real emancipação Alemã (CW3:187), segundo Marx, residiria na formação de uma classe “with radical chains” (idem, 186), uma classe social que não pode reivindicar qualquer direito específico porque é usurpada em todos os seus direitos. Essa classe é o proletariado.

A classe que sofre a injustiça em geral é a classe que deverá realizar a abolição de todas as injustiças, pois ela não pode reivindicar nenhum privilégio exceto a abolição de todos os privilégios. Essa classe é o proletariado (McLellan 1971, p.23). Essa classe esta se formando na Alemanha com o desenvolvimento industrial e a dissolução “of the middle estate” (CW3:187).

“A emancipação do Alemão é a emancipação do ser humano. A cabeça dessa emancipação é a filosofia; seu coração é o proletariado” A filosofia encontra no proletariado sua arma material. Aqui aparece explicitamente o elemento revolucionário: o proletariado.

#### **IV. Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844**

*Resumo. Escrito em Paris em 1844, os Manuscritos representam a primeira incursão sistemática de Marx no terreno da economia política. Os manuscritos constituem o resultado parcial de um contrato assinado por Marx para a publicação de uma obra em dois volumes que deveria se chamar Kritik der Politik und Nationalökonomie (CW4:675) e que jamais foi concluída nos moldes em que havia sido planejada. Os Manuscritos só vieram a ser publicados em 1932.*

A obra é composta de três manuscritos. As primeiras três seções do primeiro manuscrito são dedicadas à análise das três formas de renda – Salário, Lucro do capital e Renda fundiária.

O primeiro manuscrito começa com análise da pobreza causada pela propriedade privada (CW3:31), sendo a pobreza materializada nos salários. O único estado favorável ao trabalhador é o estado de progresso da riqueza, pois nesse estado a demanda por trabalhadores supera a oferta e os salários aumentam. No entanto, para ganhar mais os trabalhadores trabalham horas adicionais, condição que encurta o tempo de vida do trabalhador. Ademais o estado de progresso da riqueza só é possível quando uma maior porção da riqueza produzida pelo trabalhador se opõe a ele como propriedade alheia. Nesse estado o aumento do número de capitais aumenta a concorrência entre eles levando à ruína os capitais menores com o que uma parte dos capitalistas se adiciona às fileiras do proletariado. A concorrência dos capitalistas por trabalho desaparece enquanto a concorrência entre os trabalhadores aumenta. Uma parte destes últimos cai em estado de mendicância. Assim, o melhor estado para o trabalhador o reduz a uma máquina destinada a trabalhar em excesso – condição que lhe reduz a expectativa – ou à morte por inanição.

Nessa seção seguem volumosas citações dentre as quais talvez as mais interessantes sejam as de Wilhelm Schulz que parecem as sementes de análises que aparecerão mais tarde n’*O Capital*. Numa dessas citações Schulz fala do aumento da diferença relativa de rendimentos devido ao aumento da produção, fato que permite que a pobreza relativa aumente

à medida que se reduz a pobreza absoluta. Na citação seguinte Schulz diz que na França calculava-se que 5 horas de trabalho da população apta a trabalhar seriam suficientes para a satisfação das necessidades materiais da sociedade e termina dizendo: “Não obstante o tempo poupado pelo aperfeiçoamento do maquinário, a duração do trabalho-escravo executado pelos trabalhadores nas fábricas apenas cresceu” (CW3:242).

Como se pode ver essas citações põem na agenda de pesquisa de Marx inúmeros elementos que aparecerão mais tarde n’*O Capital*. No entanto, diz Marx, a Economia Política via no trabalhador apenas uma mercadoria, um animal de trabalho. (CW3:273). Na Economia Política o trabalhador era visto somente do ponto de vista de reprodução de sua capacidade de trabalho e da perpetuação da espécie. A economia política não se ocupava de analisar a relação entre ele e a sua produção.

A análise da relação do trabalhador face ao seu produto e face à sua atividade produtiva constitui o material sobre o trabalho alienado, seção com a qual termina o primeiro manuscrito.

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza ele produz. Ele se transforma numa mercadoria tanto mais barata quanto mais mercadoria ele produz. Marx não deixa claro se aqui ele acompanha a análise de Schulz acerca da relatividade da pobreza (CW3:271-2) ou se trata de um empobrecimento absoluto.

O crescente contraste entre a riqueza que ele produz e a miséria em que vive se deve ao fato de que o produto do seu trabalho o confronta como um poder alheio. O trabalho é alienado. A alienação do trabalho é apresentada em três níveis: 1. alienação em relação ao produto; 2. alienação em relação à própria atividade; 3. alienação em relação à espécie humana.

A alienação em relação ao produto se dá porque o produto do seu trabalho o confronta como uma potência que o domina. Como o produto do trabalho é alienado então a atividade que a produz é também atividade alienada. No trabalho o indivíduo não afirma a si mesmo, mas se nega a si mesmo. “O trabalhador só se sente ele mesmo fora do trabalho e no trabalho ele se sente fora dele mesmo”. “Seu trabalho não é voluntário, mas coagido”. “O trabalho não é a satisfação de uma necessidade, mas sim um modo de satisfazer necessidades externas ao trabalho” (CW3:274; ES:60). Daí porque os seres humanos só se sentem livremente ativos nas suas atividades animais de comer, beber, procriar etc.

A terceira dimensão da alienação é em relação à sua espécie. O produto de sua atividade não se realiza como uma objetivação da espécie porque é subtraído a ele como



propriedade alheia (CW3:277; ES:64). O trabalho alienado transforma o ser humano genérico num ser alheio a ele (ES:65).

Trabalhador é alienado do produto de seu trabalho porque o produto pertence a outro que não o próprio trabalhador (ES:66). Propriedade privada é a consequência necessária do trabalho alienado. A propriedade privada resulta da análise do conceito de trabalho alienado.<sup>2</sup> Propriedade privada é consequência do trabalho alienado (CW3:279).

A emancipação da sociedade humana em relação à propriedade privada se expressa politicamente na emancipação dos trabalhadores porque a emancipação dos trabalhadores contém a emancipação universal já que a totalidade da servidão humana está contida na relação do trabalhador com a produção (CW3:280).

A antítese entre trabalho e capital é uma relação interna, uma contradição: trabalho como essência subjetiva da propriedade privada como exclusão da propriedade e o capital como trabalho objetivo como exclusão do trabalho, isso é o que constitui a propriedade privada. É uma relação dinâmica que tende à sua resolução.<sup>3</sup> A propriedade privada que resulta do trabalho, mas que exclui o trabalho é capital. Identifica capital como forma da propriedade privada (ES:84). Abolição da propriedade privada é abolição do capital. Apesar de difícil apreensão, essa passagem revela a idéia hegeliana de uma contradição que produz o seu contrário. O seu contrário é a abolição da propriedade privada, o comunismo.

A propriedade privada é expressão material da vida humana alienada. Os outros aspectos (religião, estado, família, direito, moral, ciência, arte) não são nada mais que modos particulares da produção. A superação da alienação econômica na abolição da propriedade privada significa supressão de todas as formas de alienação (ES:88). Isso indica o foco de Marx no estudo das relações sociais de produção no capitalismo e o capital como a mediação a ser abolida com a abolição da propriedade privada.

A propriedade privada a ser abolida é o capital. Apropriação da essência humana se dá através da negação da propriedade privada. Comunismo é negação da negação (CW3, 313). No entanto, a apropriação da essência humana não é imediata. No terceiro manuscrito Marx apresenta as fases pelas quais a sociedade deveria passar antes de alcançar o estágio de completa emancipação humana. A primeira fase do comunismo é a generalização da

---

<sup>2</sup> *N'O Capital* isso mudará: o produto pertence ao capitalista não porque o trabalho é alienado, mas porque o processo de trabalho é processo entre coisas que o capitalista comprou e que, portanto, lhe pertencem. O produto de um processo cujos elementos são propriedade do capitalista também deve ser sua propriedade.

<sup>3</sup> "But labour, the subjective essence of private property as exclusion of property, and capital, objective labour as exclusion of labour, constitute private property as its developed state of contradiction – hence a dynamic relationship driving towards resolution" (CW3:294).

propriedade privada, ou seja, a constituição da comunidade enquanto capitalista geral. Em outras palavras, a abolição da propriedade privada realiza a universalização da propriedade privada como extensão da propriedade privada para todos. A sociedade é uma comunidade de trabalho na qual os salários são pagos pelo capitalista universal que é a própria comunidade. A propriedade privada, negada individualmente, permanece como sistema comunitário.

Na segunda etapa o comunismo se reconhece como abolição da alienação humana, mas é ainda entravado pela propriedade privada. A terceira etapa representa uma abolição positiva da propriedade privada, apropriação real da essência humana pelo ser humano. Essa etapa logra superar o antagonismo entre liberdade e necessidade, ente indivíduo e espécie (ES:87). Agora o produto como manifestação direta de sua individualidade é ao mesmo tempo sua existência para o outro (idem, p.89).

A criação de novas necessidades ganha uma dimensão diferente. Na propriedade privada a criação de novas necessidades é movida pelo interesse de ganho privado e seu objetivo é gerar uma nova dependência no outro. O poder do dinheiro se reduz à medida que as novas necessidades se expandem. A necessidade do dinheiro é a verdadeira necessidade produzida pelo sistema econômico (CW3:306). A sofisticação das necessidades contrasta com a eliminação das necessidades mais elementares como a luz e o ar. Sujeira, a putrefação, o esgoto se transformam nos seus elementos de vida (CW3:308; ES:101).

## **V. A Sagrada Família**

*Resumo. Marx e Engels se encontram em Paris no mês de agosto de 1844. Durante o ano que se estende do fim de agosto de 1844 até o outono de 1845 a amizade entre eles estabelece laços inquebrantáveis. A Sagrada Família, escrita entre os meses de setembro e novembro de 1844, é o primeiro trabalho realizado conjuntamente pelos dois colaboradores. Essa obra é uma crítica aos jovens hegelianos que haviam guinado para posições conservadoras com críticas a Proudhon e campanha contra o comunismo no Allgemeine Literatur Zeitung, editado pelos irmãos Bauer.*

O *Critical Criticism*, tal como se denominavam os partidários da *Allgemeine Literatur Zeitung*, propunham a emancipação dos trabalhadores através da abolição mental das categorias que os subjugavam. Como Proudhon separava trabalhadores e proprietários era claro que a oposição implicava um combate real entre pólos opostos. Em contraste, o *Critical*

*Criticism* transforma a propriedade e a pobreza num todo único para procurar fora dessa unidade as suas causas quando na verdade a antítese nada mais é do que o movimento dos dois opostos (CW4:35).

Marx e Engels defendem Proudhon contra o *Critical Criticism* (CW4, p.32). Sobre Proudhon Marx e Engels dizem que ele realizou a primeira investigação da base da economia política que havia sido assumida, mas não explicada: a propriedade privada. O livro de Proudhon *Qu'est-ce que la propriété?* é considerado por eles como um trabalho que revolucionou a economia política. Proudhon teria provado detalhadamente como o movimento do capital produz a pobreza. Apesar de sua contribuição científica Proudhon não avançou para a análise das outras formas da propriedade privada, como os salários, o comércio, o valor, os preços, o dinheiro, etc.

Para Marx e Engels o lado conservador é o dos proprietários já que a perpetuação da propriedade privada requer a perpetuação do proletariado. O proletariado, no entanto, é compelido a abolir a si mesmo e, portanto, o seu oposto, a propriedade privada (CW4:36).

Segundo Marx e Engels as condições de vida do proletariado era a síntese de todas as condições de vida da sociedade no que ela tinha de mais desumano. A emancipação do proletariado representaria, portanto, a emancipação de toda a sociedade de toda e qualquer forma de exploração (CW4:36-37). Essa emancipação, ao contrário do que propunham os irmãos Bauer, pressupunha a abolição material das categorias de salário, capital, e não apenas a sua superação ideal, no pensamento (idem, 53).

Na continuidade da crítica da emancipação política de Bauer Marx e Engels repetem os argumentos que Marx já havia lançado na *Questão Judaica*: a emancipação do judeu depende da abolição do caráter judeu da sociedade civil, a abolição “da prática anti-humana atual, cuja expressão máxima é o sistema monetário” (idem, 109-110).

## **VI. A Ideologia Alemã**

*Resumo. Escrita entre as primaveras de 45 e 47, durante a estadia de Marx em Bruxelas, onde chegou em fevereiro de 45 (CW5, p.XIII). A Ideologia Alemã será logo seguida pela Miséria da Filosofia e pelo Manifesto Comunista. A Ideologia Alemã pode ser vista como uma continuidade dos Manuscritos de 1844 e da Sagrada Família. Ela completa a Sagrada Família na medida em que continua a crítica aos jovens hegelianos e também a crítica do*

*idealismo do próprio Hegel. N'A Ideologia Alemã a necessidade do socialismo é cientificamente apresentada.*

O comunismo se baseia no desenvolvimento universal das forças produtivas de outra forma a necessidade e a destituição acabam reproduzindo a velha prática de mercado (Mandel 37). Mundialização das necessidades e riqueza intelectual estão ligados.

A *Ideologia Alemã* apresenta a idéia do desenvolvimento das forças produtivas e seu choque com as relações de produção como o modo de desenvolvimento da sociedade humana. As formas de propriedade teriam passado pelos estágios:

1. Propriedade tribal
2. Antiga propriedade comunal e estatal
3. Propriedade feudal
4. Propriedade burguesa

As revoluções que se sucederam apenas mudaram as formas de propriedade (Ed.Presença, p.92). A apropriação de um instrumento limitado de produção implicava apenas uma nova forma de limitação. Somente as forças produtivas mundiais baseadas na forma de propriedade burguesa permitem uma nova forma de apropriação cujos limites podem ser expandidos continuamente. A evolução das formas de propriedade chegaria ao ponto de sua dissolução radical na forma da completa abolição da propriedade privada dos meios de produção e a apropriação direta pelos indivíduos que nelas trabalham.

Marx e Engels argumentam que só o desenvolvimento da indústria em larga escala permitirá a abolição da propriedade privada. Esse desenvolvimento sendo universal implica a mundialização das necessidades e a expansão da riqueza intelectual do ser humano para o nível das conexões no mercado mundial (Mandel 37-38). A emancipação humana adquire uma natureza universal nas possibilidades universais abertas pela mundialização do capital e as trocas mundiais.

As duas premissas da revolução comunista (p.XXI) são: 1º. Alto grau da produção como condição necessária para a organização comunista da sociedade e 2º. A proletarianização das massas. Esses dois aspectos se desenvolvem *in tandem* pois o desenvolvimento da produção capitalista é ao mesmo tempo a extensão da condição de assalariado a proporções crescentes da população.

O proletariado assim formado deve conquistar o poder político através de uma revolução. Dominação significa a conquista do poder político.

As características essenciais do comunismo social n'A *Ideologia Alemã* são:

1. abolição da propriedade privada
2. abolição da divisão de classe do trabalho
3. abolição das classes
4. desaparecimento do estado
5. atividade individual cessa de ser um poder estranho em relação ao indivíduo que a realiza
6. fim da divisão campo-cidade
7. fim da divisão trabalho manual x trabalho intelectual
8. trabalho se transforma de atividade compulsória em atividade livre e realizadora
9. o livre e completo desenvolvimento de cada indivíduo é o objetivo principal da organização comunista da sociedade

Grande parte d'A *Ideologia Alemã* ataca a oposição de Bruno Bauer e Max Stirner ao comunismo, à suas visões das massas como passivas e inertes. Stirner, por exemplo, argumenta que a afirmação dos direitos egoístas individuais de auto-afirmação seriam a base do anarquismo, mas ao mesmo tempo mantinha o sistema intacto pois não apresentava nenhuma mudança na sua base.

O volume II d'A *Ideologia Alemã* critica os “Verdadeiros Socialistas” que não pregavam a luta de classes nem a transformação revolucionária.

Marx e Engels viam n'A *Ideologia Alemã* “o pré-requisito metodológico para uma nova economia política” como o atesta carta de 1º de agosto de 1846 escrita ao editor alemão, Leske (CW5, p.XVI). No entanto, a obra foi abandonada “à crítica roedora dos ratos” por falta de editor.

## **VII. Miséria da Filosofia**

*Resumo. Miséria da Filosofia foi escrito por Marx em resposta ao livro de Proudhon que ele classificava como socialismo pequeno-burguês no sentido de que pretendia abolir as injustiças do sistema capitalista preservando o mercado, a concorrência, o juro e assim por diante. Para Marx o livro de Proudhon representava um recuo gigantesco em relação ao Qu'est-ce que est la propriété?, o primeiro livro de Proudhon muito elogiado por Marx como sendo a primeira investigação científica sobre a propriedade privada.*

Para Marx o socialismo utópico era fruto de uma fase na qual o proletariado ainda não estava suficientemente desenvolvido e sua luta com a burguesia ainda não assumia um caráter político e as forças produtivas ainda não permitiam ver as condições materiais que seriam necessárias para a emancipação do proletariado e para a formação de uma nova sociedade (CW6:177).

Segundo Marx, Proudhon identifica o valor das mercadorias medido pela quantidade de trabalho incorporado nelas com o valor do trabalho, entendido como sendo os salários. Se essas duas definições fossem equivalentes poderíamos indiferentemente dizer que o valor é igual à quantidade de trabalho materializada na mercadoria ou que é igual à quantidade de trabalho que a mercadoria pode comprar (CW6:127). O que em Smith era uma justaposição de duas definições distintas em Proudhon passa a ser uma identidade. Marx diz que Proudhon consegue magnificar o erro de Smith.

A definição de valor como sendo igual ao valor pago aos trabalhadores, ou seja igual aos salários, dava a Proudhon a chave para a distribuição apropriada do produto a que cada trabalhador tinha direito.

Proudhon concebia a concorrência como uma atividade cooperativa em vista de um objetivo comum. Desse modo a concorrência seria um mecanismo necessário para o advento da igualdade. Marx critica a visão de Proudhon argumentando que a concorrência produzia ao mesmo tempo um aumento das forças produtivas e condições cada vez mais destrutivas das relações burguesas como resultado do aumento das forças produtivas (CW6:194).

Tendo dado à concorrência esse atributo positivo Proudhon via no monopólio a sua negação repetindo sua pseudo dialética de reduzir todas as categorias às suas dimensões positivas e negativas e propondo então o progresso como eliminação do polo negativo. Para Marx, ao contrário, concorrência e monopólio eram vistos como polos de um movimento contínuo pelo qual o monopólio produzia concorrência e a concorrência produzia monopólio. “Monopolistas competem entre eles; competidores se tornam monopolistas” (CW6:195).

### **VIII. O Manifesto do Partido Comunista**

*Resumo. O segundo Congresso da Liga Comunista realizado no final de novembro e início de dezembro de 1847 designou Marx e Engels para a elaboração do programa do partido. O Manifesto do Partido Comunista é o resultado desse encargo. Uma primeira versão escrita*

*por Engels na forma de perguntas e respostas foi abandonada em favor do texto afirmativo tal como veio a ser adotado pela Liga.*

No *Manifesto* Marx e Engels fazem uma crítica ao socialismo utópico por se colocar como alternativa ao próprio desenvolvimento da classe operária, mas ao mesmo tempo admite que os socialistas utópicos foram importantes para a formação de uma mentalidade crítica em relação às condições econômicas da classe trabalhadora (Marx e Engels 1979, p.231-234).

Enquanto na história das revoluções eram diferentes relações de propriedade que se sucediam umas às outras, a revolução comunista é a ruptura mais radical com as relações de propriedade porque não substitui uma forma de apropriação privada por outra, mas abole a propriedade privada (Marx e Engels 1979, p. 156).

Com domínio político do proletariado e a centralização de todos os meios de produção nas mãos do estado, as decisões mais importantes que poderão se aplicar de forma geral aos países mais avançados são:

1. Expropriação da propriedade fundiária e uso da renda da terra para as despesas do estado.
2. Imposto fortemente progressivo
3. Abolição do direito de sucessão
4. Confisco da propriedade de todos os emigrados e opositores
5. Centralização do crédito na mão do estado através do Banco Nacional com monopólio exclusivo
6. Centralização de todos os meios de transporte nas mãos do estado
7. Multiplicação das fábricas nacionais, dos instrumentos de produção, e melhoramento do solo
8. Obrigação de trabalho para todos; constituição de brigadas industriais, especialmente para a agricultura
9. Unificação das atividades agrícolas e industriais com o objetivo de eliminar gradualmente o antagonismo entre campo e cidade
10. Educação pública e gratuita para todas as crianças. Eliminação do trabalho infantil nas fábricas na sua forma atual. Combinação da educação com a produção material

Quando a sociedade de classe é superada aparece uma sociedade na qual o livre desenvolvimento de cada um é uma condição do livre desenvolvimento de todos (Marx e Engels 1979, p. 158).

### **IX. Programa do Partido Comunista na Alemanha**

*Resumo. Escrito em 21-29 de março e impresso em Pais em 30 de março e em Colônia em 10 de setembro de 1848 esse documento apresenta 17 palavras de ordem e foi assinado pelo comitê composto por Karl Marx, Karl Schapper, H. Bauer, F. Engels, J. Moll e W. Wolff.*

O documento (Padover 1971: 108) propunha uma Alemanha como república indivisível; o voto para todo alemão acima de 21 anos sem ficha criminal; o pagamento para os representantes do povo para que os trabalhadores pudessem também fazer parte do parlamento; armamento geral do povo e que no futuro o exército fosse exército de trabalho, capaz de prover mais do que o seu próprio consumo.

No que tangia aos resquícios feudais o documento propunha que todos os encargos feudais que recaiam sobre o povo fossem imediatamente extintos sem nenhuma compensação; todas as propriedades feudais seriam transformadas em propriedade estatal e utilizadas para o cultivo em larga escala com base nos métodos científicos mais modernos em benefício do povo; as hipotecas dos camponeses são declaradas propriedade do estado e o juro a que elas dão direito deve ser pago diretamente ao estado; a renda da terra deve ser paga ao estado como imposto.

No que diz respeito à infraestrutura material e financeira o documento propunha: substituição dos bancos privados por bancos públicos como meio de controle do sistema de crédito em benefício do povo; transformação de todos os meios de transporte em propriedade do estado.

Também propunham salário igual para todos os representantes do governo, exceto para aqueles com famílias; esses fariam jus a um salário mais alto do que os outros.

Completa separação entre Igreja e Estado sendo que os clérigos de todas as seitas deveriam ser pagos exclusivamente pela contribuição de seus próprios seguidores.

Limitação do direito de herança e introdução de pesada tributação progressiva e fim do imposto sobre o consumo.

Estabelecimento de fábricas estatais e garantia de subsistência para todos os trabalhadores e para aqueles incapacitados de trabalhar. E *last but not least*, educação universal gratuita.



Como se pode ver o programa do Partido Comunista para a Alemanha é uma aplicação integral dos pontos apresentados no *Manifesto* do Partido com exceção feita das propostas mais gerais como a eliminação do antagonismo entre campo e cidade. Também é de se notar que o programa para a Alemanha apresenta propostas relativas à situação de atraso da Alemanha no que diz respeito à sobrevivência de relações feudais quando comparada com a França ou a Inglaterra, países mais desenvolvidos do ponto de vista da eliminação das instituições típicas da Idade Média.

### **X. A Guerra Civil na França**

As principais medidas tomadas pelos *communards* (CW 22, p.332-333):

1. Desmobilização do exército e da polícia
2. Utilização das instituições religiosas para o ensino gratuito
3. Sufrágio universal com revogabilidade dos eleitos a qualquer momento
4. Estabelecimento do teto máximo de 6000 francos para o trabalho administrativo
5. Transformação das fabricas fechadas pelos proprietários em sociedades cooperativas
6. Transformação da propriedade da Igreja em propriedade do Estado
7. E segundo Marx um erro da Comuna: descentralização do poder

Única experiência de governo operário durante a vida de Marx, a Comuna de Paris adotou medidas que ecoam as propostas do *Manifesto*.

### **XI. Crítica do Programa de Gotha**

*Resumo. O Programa do Partido dos Trabalhadores Alemães, objeto da crítica de Marx, foi apresentado na cidade de Gotha durante os dias 22-26 de maio de 1875 por ocasião da unificação do partido Social Democrata dos Trabalhadores da Alemanha (liderados por W. Liebknecht e Bebel) e a Associação Geral dos Trabalhadores Alemães fundada por Lassalle.*

Sobre a proposição do programa de Gotha que se refere à luta do Partido Operário Alemão pelo estabelecimento do *estado livre* Marx argumenta que o estado sendo um instrumento de dominação de classe não pode ser livre. A dominação política do proletariado

não é mais do que o proletariado organizado como classe dominante. Esse é o período de transição política no qual o estado não é senão a ditadura do proletariado (Marx 1977, p.18).

Sobre a concepção de distribuição do programa de Gotha segunda a qual os trabalhadores receberão o produto integral do seu trabalho Marx argumenta que ela é errônea, pois o produto nacional deve cobrir inúmeras necessidades antes de ser distribuído aos trabalhadores.

*Primeiramente*, deve-se destacar que uma parte do produto nacional existe numa forma que não pode ser distribuída, os meios de produção. Estes deverão prover a reposição dos meios de produção consumidos; deverão suprir o material para a expansão da economia e, além disso, permitir uma reserva como contingenciamento contra perturbações, necessidades inesperadas, etc. Do produto nacional também devem deduzidas as seguintes frações antes de que seja distribuída aos trabalhadores diretos:

1. custos de administração que são menores na sociedade socialista do que na sociedade capitalista
2. satisfação das necessidades coletivas como escolas, hospitais, etc., que aumentam em relação ao capitalismo e que tendem a aumentar com o desenvolvimento da nova sociedade
3. satisfação do consumo daqueles incapacitados para o trabalho como os velhos, as crianças

O restante é dividido entre os trabalhadores, sendo que uma parte das deduções retorna aos trabalhadores na forma de serviços da sociedade como educação e saúde, por exemplo.

A abolição da injustiça na distribuição da propriedade dos meios de produção (MP) não elimina injustiça na distribuição dos meios de consumo (MC). O princípio da quantidade de MC de acordo com a quantidade de trabalho implica uma desigualdade na distribuição uma vez que os indivíduos não são todos igualmente dotados para o trabalho: os que trabalham mais ganham mais; os mais lentos, mais fracos, estes ganham menos. Ainda prevalece o direito burguês. Nessa fase a desigualdade na distribuição resulta da desigualdade na contribuição (Marx 1977, p. 9).

Lênin diz que com o estabelecimento da Ditadura do Proletariado o *trabalho para a sociedade* ainda não se impõe naturalmente. A abolição da propriedade privada dos MP não gera automaticamente um novo modelo de direito; é necessária a imposição de algum padrão de direito que assegure a participação de cada um de acordo com sua contribuição. Decorre

dai um dos motivos pelos quais nessa fase de transição o Estado é ainda necessário. A proteção da propriedade pública e a imposição do princípio distributivo de acordo com a contribuição são os dois motivos que exigem a sobrevivência do Estado.

<i>Sociedade Capitalista</i>	<i>Sociedade Socialista</i>	<i>Sociedade Comunista</i>
<p>Democracia burguesa</p> <p>=</p> <p>Democracia para burguesia</p> <p>Opressão para proletariado<sup>4</sup></p>	<p>Ditadura do proletariado</p> <p>=</p> <p>Democracia para o</p> <p>Proletariado</p> <p>Opressão para burguesia</p> <p>Direito burguês desaparece na propriedade dos MP mas ainda vige na distribuição dos MC:</p> <p>“A cada um segundo seu trabalho”</p> <p>MP crescem e distribuição se liberta do direito burguês</p> <p>⇓</p> <p>Desaparecimento do Estado</p>	<p>Fim da Democracia como forma de poder político</p> <p>=</p> <p>Fim do Estado</p> <p>“A cada um segundo suas necessidades”</p>

Assim à primeira fase na qual direitos iguais dão origem a distribuição desigual subsiste um direito semi-burguês e um estado semi-burguês, pois o Estado não luta somente contra a burguesia, mas também luta para impor os direitos iguais (Marx 1977, Apêndice II, p.59).

<sup>4</sup> No capitalismo o proletariado só tem direito ao trabalho necessário se produzirem trabalho excedente, isto é, só tem direito à sua sobrevivência se produzirem mais valia para os capitalistas. O estado burguês e o instrumento que assegura a reprodução dessas relações de classe. A democracia é a forma política que assume a dominação de classe e que serve para encobrir o caráter despótico dessa dominação sob o manto da igualdade de direitos perante a lei e sob a ilusória soberania do voto. É por isso que a democracia burguesa é uma ditadura para o proletariado.

Quando o trabalho deixa de ser uma negação do indivíduo para se tornar uma necessidade de sua realização os direitos iguais dão lugar a uma nova forma de distribuição baseado nas necessidades individuais e não na contribuição individual. Nesse estágio o Estado deixa de ser uma necessidade.

Poder político é o poder organizado de uma classe para dominar a outra. Quando a produção transcorre como resultado da contribuição associativa dos elementos da sociedade não existirá mais classe social e a classe trabalhadora terá se abolido enquanto classe, abolindo assim sua própria supremacia (idem, p.64)

O termo *ditadura do proletariado* não aparece no *Manifesto*, mas o fenômeno está lá: Estado do proletariado organizado como classe dominante (ibidem, p.65).

Depois de superada a escravização do indivíduo sob a divisão do trabalho e consequentemente divisão entre trabalho manual e intelectual; depois do trabalho ter deixado de ser um mero meio de sobrevivência para se tornar a primeira necessidade da vida, nesse momento o direito burguês pode ser abandonado dando lugar a uma nova forma de direito: “de cada um de acordo com sua habilidade, a cada um segundo as suas necessidades” (Marx 1977, p. 10).

A classe trabalhadora vai substituir a sociedade de classes por uma associação que excluirá classes e seus antagonismos e assim não haverá mais poder político propriamente dito, pois o poder político é precisamente a expressão dos antagonismos da sociedade burguesa. (Marx 1977, Apêndice II, p. 62).

Na sociedade socialista onde vige a propriedade comum dos meios de produção o trabalho individual se apresenta em conexão imediata com o trabalho total e não indiretamente através da realização do produto em dinheiro.

O círculo se fecha: a contradição entre cidadania e mercado, comunidade política e prática econômica egoísta, se dissolve, pois a prática econômica ganha um cunho diretamente social dispensando a esfera da representação política.

## **X. Conclusões**

Marx evolui de uma crítica à fabricação de necessidades pelo capitalismo para uma visão cosmopolita das necessidades criadas no âmbito do mercado mundial. Essa é uma modificação importante. De fato, nos *Manuscritos* as novas necessidades criadas aprofundam a alienação, pois transformam o dinheiro na única necessidade. Na *Ideologia Alemã* as

necessidades humanas são vistas de um ângulo mundial como mundialização da natureza humana.

A função revolucionária do proletariado emana de determinações que mudem de conteúdo, mas afirmam sempre a impossibilidade de reprodução de qualquer forma particular de dominação geral pela classe trabalhadora. Primeiro porque vítima da injustiça em geral, o proletariado não poderia almejar uma posição privilegiada na sociedade, mas somente a abolição de toda forma de injustiça. Assim é apresentada a vocação revolucionária do proletariado tanto na *Introdução à Filosofia do Direito de Hegel* quanto nos *Manuscritos* de 1844. A classe revolucionária ainda não é definida pela sua posição na produção, mas pelo fato de concentrar em si a soma das injustiças sociais. A proximidade do período de elaboração d'*A Ideologia Alemã* talvez seja responsável pela semelhança de linguagem. De fato, n'*A Ideologia Alemã* podemos ler que “sós os proletários da época atual, totalmente excluídos de qualquer manifestação de si, se encontram em condições de poderem alcançar uma manifestação de si total, não limitada, que consiste na apropriação de uma totalidade de faculdades que isso implica”(IA: Ed. Presença, sem data, p.92).

No final, com o estudo do capitalismo, essa concepção é substituída pela idéia de que o capitalismo abole a propriedade privada para a imensa maioria e que, portanto, cria uma crescente contradição entre a natureza social da produção e a relação de apropriação privada. Aqui a classe trabalhadora não é revolucionária porque vítima da injustiça em geral, mas porque é o elemento subjetivo da produção socializada ainda submetida às amarras da apropriação privada. Seriam as crises oriundas dessa crescente contradição que levariam o proletariado, pela sua função econômica, a ser o agente revolucionário. Na *Crítica do Programa de Gotha* a classe trabalhadora é revolucionária porque, “gerada no interior da indústria em larga escala, ela luta por libertar a produção do seu caráter capitalista” (Marx 1977:12).

Se o dinheiro efetua a alienação do produto do trabalho numa entidade que o domina então logicamente o comunismo é incompatível com a existência do dinheiro. Enquanto o socialismo de mercado é uma tautologia na medida em que a mercadoria não pode ser eliminada instantaneamente, o comunismo enquanto distribuição do produto de acordo com as necessidades é logicamente a antítese da mercadoria e do dinheiro, pois a forma de distribuição não responde mais ao tempo de trabalho, mas sim às necessidades.

É lógico também que a abolição da mercadoria e do dinheiro correspondam à abolição das classes e dos interesses materiais inerentes à sua existência. Dessa forma a abolição do dinheiro deve ser um processo paralelo à abolição das classes e, portanto, do Estado.

O socialismo é a superação de toda mediação entre indivíduos seja essa mediação religiosa, política ou mercantil. A obra de Marx perfaz exatamente essa trajetória: inicia com a constatação de que a crítica da religião já estava realizada; realiza em seguida a crítica da cidadania na comunidade ilusória do Estado; apresenta a crítica do trabalho alienado e da propriedade privada; apresenta a análise do valor como forma mistificada das relações sociais entre os indivíduos e, por fim, apresenta o capital não só como mediação entre o indivíduo e sua subsistência, mas também como forma que concentra em si todos os predicados do trabalho como se emanassem de si mesmo, análise que nos reporta à crítica da religião realizada por Feuerbach. Quando os seres humanos são devolvidos às relações diretas entre eles, sem mediações, isto é, quando a realização da força individual é a realização da espécie, então, na linguagem dos Manuscritos de 1844, o ser humano é devolvido ao naturalismo, que não é senão a realização individual como membro da espécie.

N'A *Ideologia Alemã*, só o proletariado, excluído de qualquer manifestação de si, pode efetuar a transformação do trabalho em manifestação de si e a metamorfose das relações até então condicionadas em relações dos indivíduos enquanto indivíduos. Isso deve ocorrer pela apropriação da totalidade das forças produtivas pelos indivíduos unidos, isto é, pela abolição da propriedade privada (Marx, Editorial Presença, sem data, p.92-93).

Ao longo da obra de Marx ressalta o fato de que a emancipação humana depende da supressão de toda forma de mediação entre os indivíduos, seja essa mediação religiosa, estatal ou comercial. A manifestação de si como realização imediata da espécie requer que a relação da atividade individual com os outros indivíduos não seja mediada por forças estranhas à própria atividade individual; a atividade individual deve se manifestar diretamente como força social.

Ao longo de toda a obra esse resultado só poderia ser alcançado com a abolição da propriedade privada.<sup>5</sup> É verdade que a análise de como se dá essa supressão apresenta uma mudança de método de análise: da aplicação direta da lógica dialética nos *Manuscritos* de 44 ou na *Introdução à Crítica da Filosofia do Direito* nos quais o sujeito revolucionário é o sujeito desumanizado à análise do desenvolvimento histórico a partir da contradição entre forças produtivas e relações de produção com o conseqüente subconsumo e as crises recorrentes que levariam à dissolução do capitalismo pela revolução proletária no *Manifesto*.

---

<sup>5</sup> As sociedades comunistas primitivas que existiram sem propriedade privada foram compatíveis com a escravidão e servidão devido ao baixo grau das forças produtivas. Apesar de serem sociedades planejadas eram compatíveis com variadas formas de barbárie cultural.

Somente a forma de propriedade burguesa baseada no capital permite um desenvolvimento mundial das forças produtivas capaz de abolir a propriedade privada e permitir a apropriação direta dessa forças produtivas pelos indivíduos associados. Na sua articulação teórica final a emancipação humana corresponde à etapa na qual tendo sido superado o mercado pela produção planejada, o produto do trabalho apresenta uma conexão direta com as necessidades da sociedade e não mais uma conexão mediada pelas necessidades do capital.

## Referências

- Mandel, E. (1971). *The Formation of the Economic Thought of Karl Marx*. New York: Monthly Review Press.
- MacLellan, D. (1971). *The Thought of Karl Marx*. New York: Harper & Row Publishers.
- Marx, K. e Engels, F. *Collected Works of Marx and Engels*, volumes 3, 4, 5 e 6. New York: International Publishers.
- Marx, K. (1977) *Critique of the Gotha Programme*. New York: International Publishers
- Marx, K. (1969) *Manuscripts de 1844. Économie Politique et Philosophie*. Paris: Editions Sociales.
- Marx, K. (1979) *Manuscripts de 1861-1863, Cahiers I a V*. Paris: Editions Sociales..
- Marx, K. e F. Engels (1979). *Manifesto Del Partito Comunista*. Torino: Giulio Einaudi Editore.
- Marx, K. e F. Engels. *A Ideologia Alemã I*. Lisboa: Editorial Presença/Livraria Martins Fontes, sem data.